

# MANUAL DE DIREITO DA INSOLVÊNCIA

**Autora: Maria do Rosário Epifânio**

## ÍNDICE GERAL

SIGLAS .....	9
NOTA PRÉVIA À 6ª EDIÇÃO .....	11
<b>PARTE INTRODUTÓRIA - O PROCESSO DE INSOLVÊNCIA .....</b>	<b>13</b>
§1 O Direito da insolvência .....	13
§2 O processo de insolvência .....	14
§3 Fontes .....	17
§4 Ordem de sequência .....	18
<b>PARTE I - PRESSUPOSTOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA .....</b>	<b>19</b>
§1 Pressuposto subjetivo .....	19
§2 Pressuposto objetivo .....	21
1. A insolvência do devedor .....	22
2. A insolvência de entes especiais .....	23
3. A insolvência iminente .....	28
4. Os índices da situação de insolvência .....	27
<b>PARTE 11- A FASE DECLARATIVA DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA .....</b>	<b>31</b>
§1 Aspectos gerais .....	31
§2 Legitimidade ativa .....	32
1. O devedor .....	32
2. Os responsáveis legais, os credores e o Ministério Público .....	35
3. O administrador judicial provisório .....	38
§3 Petição inicial .....	38
1. Requisitos .....	39
1.1. Pedido apresentado pelo devedor .....	39
1.2. Pedido apresentado por outros legitimados .....	39
2. Apreciação liminar do pedido de declaração de insolvência .....	40
2.1. Indeferimento liminar do pedido .....	40
2.2. Despacho de correção de vícios .....	41
2.3. Declaração imediata de insolvência .....	41
2.4. Despacho de citação .....	42
2.4.1. Regime jurídico .....	42
2.4.2. Efeitos .....	43
§4 Oposição do devedor .....	45
§5 Audiência de discussão e julgamento .....	46
§6 Sentença de declaração de insolvência.....	47
1. Conteúdo .....	47
1.1. Conteúdo-regra .....	47
1.2. Casos especiais .....	49
1.2.1. A insuficiência da massa insolvente .....	49
1.2.2. O plano de pagamentos .....	51
2. Notificação e citação .....	51

3. Registo .....	53
4. Meios de reação .....	53
4.1. Oposição de embargos .....	54
4.1.1. Legitimidade ativa .....	54
4.1.2. Processamento .....	54
4.2. Recurso .....	55
§7 Sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência .....	57
1. Notificação, publicação e registo .....	57
2. Impugnação .....	57
3. Responsabilidade por pedido infundado .....	57
<b>PARTE III - OS ÓRGÃOS DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA</b> .....	59
§1 O administrador da insolvência .....	59
1. Nomeação e destituição .....	59
2. Estatuto e funções .....	63
3. Remuneração .....	65
4. Dever de informação e de prestação de contas .....	67
5. Responsabilidade .....	69
§2 A assembleia de credores .....	70
1. Composição .....	70
2. Convocação e funcionamento .....	71
3. Direito de voto .....	72
4. Deliberações .....	73
5. Poderes e funções .....	74
6. A assembleia de apreciação do relatório .....	74
6.1. Função .....	74
6.2. Dispensa da sua realização .....	75
§3 A comissão de credores .....	77
1. Nomeação .....	77
1.1. Nomeação pelo juiz .....	77
1.2. Intervenção da assembleia de credores.....	78
2. Funções, poderes e funcionamento .....	78
3. Responsabilidade dos seus membros .....	79
<b>PARTE IV - OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA</b> 81 .....	81
§1 Efeitos sobre o devedor e outras pessoas .....	82
1. Efeitos automáticos .....	83
1.1. Efeitos pessoais .....	84
1.1.1. Dever de apresentação .....	84
1.1.2. Dever de informação e de colaboração .....	85
1.1.3. Fixação de residência .....	85
1.1.4. Efeitos jurídico-familiares .....	88
1.1.4.1. O exercício do cargo de tutor, curador, vogal do conselho de família e protutor ou subcurador .....	89
1.1.4.2. O exercício do cargo de administrador de bens.....	90
1.1.4.3. O caso particular do exercício das responsabilidades parentais .....	91
1.1.5. Efeitos jurídico-políticos .....	92
1.2. Efeitos patrimoniais. A privação dos poderes de disposição e de administração .....	93
1.2.1. Âmbito de aplicação .....	95
1.2.1.1. Âmbito subjetivo .....	95
1.2.1.2. Âmbito objetivo .....	95
1.2.1.3. Âmbito funcional .....	99

1.2.2. Suprimento .....	102
1.2.3. Violação .....	104
1.2.4. Pagamento de dívidas à massa .....	107
1.2.5. Desvios .....	108
1.2.6. Natureza jurídica .....	109
1.3. Efeitos sobre os órgãos sociais do devedor .....	115
2. Efeitos eventuais .....	115
2.1. Direito a alimentos .....	116
2.2. Efeitos jurídico-penais .....	122
2.2.1. O crime de insolvência dolosa .....	123
2.2.2. O crime de frustração de créditos .....	125
2.2.3. O crime de insolvência negligente .....	125
2.2.4. O crime de favorecimento de credores .....	126
2.3. Efeitos dependentes da qualificação da insolvência .....	127
2.3.1. Introdução .....	127
2.3.2. Insolvência culposa .....	128
2.3.2.1. Noção .....	128
2.3.2.2. Presunções legais .....	129
2.3.2.2.1. As presunções do nº 2 do artigo 186º .....	129
2.3.2.2.2. As presunções do nº 3 do artigo 186º .....	132
2.3.3. Efeitos da qualificação da insolvência como culposa .....	134
2.3.3.1. Introdução .....	134
2.3.3.2. Inibição para administrar património de terceiro .....	135
2.3.3.2.1. Regime jurídico .....	135
2.3.3.2.2. Consequências da sua violação .....	136
2.3.3.3. Inibição para o exercício do comércio .....	136
2.3.3.4. Obrigação de indemnizar .....	140
2.3.3.4.1. Regime jurídico .....	140
2.3.3.4.2. Responsabilidade societária versus responsabilidade insolvencial .....	143
2.3.3.5. Inabilitação .....	143
2.3.3.5.1. Regime jurídico .....	143
2.3.3.5.2. Inconstitucionalidade .....	146
2.3.4. O incidente pleno de qualificação .....	148
2.3.4.1. Tramitação .....	148
2.3.4.1.1. Abertura do incidente na sentença declarativa de insolvência .....	148
2.3.4.1.2. Abertura ulterior do incidente .....	149
2.3.4.1.3. Tramitação subsequente .....	150
2.3.4.2. Efeitos .....	153
2.3.5. O incidente limitado de qualificação .....	154
2.3.5.1. Âmbito de aplicação .....	154
2.3.5.2. Tramitação .....	154
2.3.5.3. Efeitos .....	155
2.3.6. Possibilidade de convolção do incidente limitado em incidente pleno e vice-versa .....	156
§2 Efeitos processuais externos da declaração de insolvência 156.....	156
1. Introdução .....	156
2. Os efeitos sobre as ações declarativas .....	157
2.1. O destino das ações .....	157
2.1.1. Regime jurídico .....	157
2.1.2. O Acórdão Uniformizador nº 1/2014 .....	158
2.2. A substituição processual do insolvente .....	161
3. Os efeitos sobre as ações executivas .....	163

4. Os efeitos sobre as convenções arbitrais .....	167
5. Os efeitos sobre as dívidas da massa insolvente .....	160
6. Os efeitos sobre as ações previstas no art. 82.º .....	169
7. O Direito Internacional .....	170
§3 Efeitos sobre os créditos .....	171
1. Vencimento imediato de dívidas .....	171
2. Compensação .....	172
3. Prazos de prescrição e de caducidade .....	174
4. Contagem de juros .....	174
§4 Efeitos sobre os negócios em curso .....	175
1. Princípio geral .....	175
1.1. Âmbito de aplicação .....	175
1.2. Regime jurídico .....	177
1.2.1 Enquadramento legal .....	177
1.2.2 As opções do administrador da insolvência .....	178
2. Prestação de coisas infungíveis e prestações fracionadas .....	180
3. Venda com reserva de propriedade e operações semelhantes .....	181
3.1. Insolvência do vendedor ou locador .....	181
3.2. Insolvência do comprador ou locatário .....	181
4. Venda sem entrega .....	182
5. Promessa de contrato .....	182
5.1. Regime jurídico .....	183
5.2. Insolvência do promitente-vendedor nas promessas obrigacionais com <i>traditio</i> .....	185
5.2.1. A questão .....	185
5.2.2. O Acórdão Uniformizador de Jurisprudência nº 4/2014 .....	187
6. Operações a prazo .....	189
7. Contrato de locação .....	190
7.1. Insolvência do locatário .....	192
7.2. Insolvência do locador .....	192
8. Contratos de mandato e de gestão .....	195
9. Contrato de prestação duradoura de serviço .....	197
10. Procurações .....	197
11. Contrato de trabalho .....	198
11.1. A insolvência do trabalhador .....	198
11.2. A insolvência do empregador .....	198
12. Cessão e penhor de créditos futuros .....	202
13. Contas correntes .....	202
14. Associação em participação .....	204
15. Agrupamento complementar de empresas e agrupamento europeu de interesse económico .....	208
16. Imperatividade .....	210
§5 Resolução em benefício da massa insolvente e impugnação pauliana .....	210
1. Considerações preliminares .....	210
2. Resolução condicional .....	212
3. Resolução incondicional .....	214
4. Forma de resolução e prescrição .....	216
5. Oponibilidade a terceiros .....	217
6. Impugnação .....	217
7. Efeitos .....	218
8. Impugnação pauliana .....	219
§6 Cessação dos efeitos da declaração de insolvência .....	220

<b>PARTE V - A FASE EXECUTIVA DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA</b>	<b>223</b>
§1 Considerações prévias	223
§2 Verificação e graduação dos créditos	224
1. Noções gerais	224
2. O apenso de verificação e graduação dos créditos	225
2.1. Reclamação dos créditos	225
2.1.1. Créditos reclamáveis	225
2.1.2. Tramitação	227
2.1.3. Lista de credores	229
2.1.4. Impugnação da lista de credores reconhecidos	230
2.2. Saneamento do processo	232
2.3. Instrução	233
2.4. Julgamento	234
2.4.1. Sentença de verificação e graduação dos créditos	234
2.4.2. Os créditos sobre a massa	237
2.4.3. Os créditos sobre a insolvência	239
2.4.3.1. Os créditos garantidos	239
2.4.3.2. Os créditos privilegiados	242
2.4.3.3. Os créditos comuns	243
2.4.3.4. Os créditos subordinados	243
2.4.3.4.1. As pessoas especialmente relacionadas com o devedor	244
2.4.3.4.2. Os juros	246
2.4.3.4.3. A subordinação convencional	247
2.4.3.4.4. Outros créditos subordinados	247
3. O apenso de verificação ulterior de créditos	248
§3 A massa insolvente	251
1. Noção	251
2. Objeto	251
3. Função	254
4. Providências conservatórias	254
5. Inventário	255
6. Administração	255
6.1. Princípio geral	255
6.2. Administração pelo devedor	256
6.2.1. Requisitos	256
6.2.2. Poderes do devedor	258
6.2.3. Outros efeitos da administração pelo devedor	259
6.2.4. Termo da administração	260
7. Liquidação	260
7.1. Considerações prévias	260
7.2. Momento processual	261
7.2.1. Trânsito em julgado da sentença	262
7.2.2. Assembleia de credores de apreciação do relatório	262
7.3. Casos em que não há liquidação	262
7.3.1. Dispensa da liquidação	263
7.3.2. Interrupção da liquidação	263
7.3.3. Suspensão da liquidação	264
7.3.4. Isenção de liquidação	264
7.4. Procedimento	265
7.5. Casos especiais	267

7.5.1. Necessidade de consentimento .....	267
7.5.2. Alienação da empresa .....	269
7.5.3. Alienação de bens objeto de garantia real.....	270
§4 Pagamento .....	272
1. Dívidas da massa insolvente .....	272
2. Créditos sobre a insolvência .....	273
2.1. Considerações gerais .....	273
2.2. Créditos garantidos .....	273
2.3. Créditos privilegiados .....	274
2.4. Créditos comuns .....	274
2.5. Créditos subordinados .....	275
3. Rateio final .....	275
4. Casos especiais .....	275
4.1. As obrigações sob condição suspensiva .....	276
4.2. As obrigações sob condição resolutiva .....	277
<b>PARTE VI - CASOS ESPECIAIS .....</b>	<b>279</b>
§1 Considerações preliminares .....	279
§2 O processo especial de revitalização .....	279
1. Breve conspecto .....	279
2. Âmbito de aplicação .....	280
3. Tramitação .....	281
3.1. Requerimento .....	281
3.2. Despacho de admissão .....	281
3.3. Lista de créditos .....	283
3.4. Negociações .....	284
3.5. Conteúdo do plano .....	285
3.6. Aprovação do plano de recuperação .....	285
3.6.1. Direito de voto .....	285
3.6.2. Não aprovação do plano .....	286
3.6.3. Aprovação do plano .....	287
3.7. Homologação do plano de recuperação .....	288
5. Homologação de acordos extrajudiciais .....	289
§3 O plano de insolvência .....	291
1. Noções gerais .....	291
2. Âmbito subjetivo .....	292
3. Tramitação .....	292
3.1. Legitimidade ativa .....	292
3.1.1. O administrador da insolvência .....	293
3.1.2. O devedor .....	294
3.1.3. Os credores .....	295
3.1.4. Os responsáveis legais .....	296
3.2. Conteúdo .....	296
3.2.1. Breve conspecto .....	296
3.2.2. O novo paradigma da recuperação .....	297
3.3. Oportunidade .....	298
3.4. Admissão da proposta .....	299
3.4.1. Considerações prévias .....	299
3.4.2. Violação dos preceitos sobre legitimidade e conteúdo .....	299
3.4.3. Manifesta inverossimilhança da aprovação ou da posterior homologação do plano de insolvência .....	300

3.4.4. Manifesta inexecuibilidade do plano .....	301
3.5. Oposição do administrador da insolvência .....	301
3.6. Termos subsequentes .....	302
3.7. Aprovação .....	304
3.7.1. Considerações prévias .....	304
3.7.2. Quórum constitutivo .....	305
3.7.3. Quórum deliberativo .....	307
3.8. Homologação .....	308
3.8.1. Considerações preliminares .....	308
3.8.2. Não homologação oficiosa .....	308
3.8.3. Não homologação a solicitação dos interessados .....	310
3.8.4. Efeitos .....	312
3.9. Incumprimento .....	314
3.10. Fiscalização .....	314
3.11. Providências .....	316
3.12. Providências específicas de sociedades comerciais .....	317
3.13. Créditos fiscais .....	318
§4 Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares .....	320
1. Considerações preliminares .....	320
2. Exoneração do passivo restante .....	320
2.1. Noções introdutórias .....	320
2.2. Pressupostos .....	321
2.3. Tramitação .....	323
2.3.1. Requerimento .....	323
2.3.2. Despacho inicial .....	324
2.3.2.1. Cessão do rendimento disponível .....	325
2.3.2.2. Obrigações do devedor .....	327
2.3.2.3. Cessação antecipada do procedimento de exoneração .....	328
2.3.3. Despacho final .....	329
3. Os devedores não empresários ou titulares de pequenas empresas .....	330
3.1. Âmbito de aplicação .....	330
3.2. Regime jurídico .....	331
3.2.1. O plano de pagamentos aos credores .....	331
3.2.1.1. Tramitação .....	321
3.2.1.2. Aprovação .....	333
3.2.1.3. Homologação .....	334
3.2.1.4. Efeitos .....	335
3.2.2. A insolvência de ambos os cônjuges .....	336
§5 Benefícios fiscais .....	338
<b>PARTE VII - ENCERRAMENTO DO PROCESSO</b> .....	341
§1 Âmbito de aplicação .....	341
§2 Publicidade .....	342
§3 Efeitos .....	342
<b>PARTE VIII - O DIREITO INTERNACIONAL</b> .....	345
§1 Considerações preliminares .....	345
§2 O Direito Europeu .....	346
1. Aspetos gerais .....	346
2. Âmbito de aplicação .....	347

§3 O Direito Internacional Privado .....	348
<b>PARTE IX - O SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR VIA EXTRAJUDICIAL .....</b>	<b>351</b>
§1 Considerações prévias .....	351
§2 Pressupostos .....	352
§3 Tramitação .....	352
§4 Acordo 356 .....	356
§5 Participação da Fazenda Pública e da Segurança Social .....	358
§6 Extinção do procedimento .....	359
§7 SIREVE <i>versus</i> processo de insolvência .....	359
§8 SIREVE <i>versus</i> processo especial de revitalização .....	361
BIBLIOGRAFIA .....	363
ÍNDICE DE ASSUNTOS .....	373